



Simulado Final

TRT MT

Analista Judiciário
Área Judiciária
Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado TRT MT – Analista Judiciário – Área Judiciária – Pós edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRT MT;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TRT-MT-Analista-03-09>

- | | | |
|------------|------------|------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE |

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS**

Janaina Arruda

Da vez primeira em que me assassinaram,
Perdi um jeito de sorrir que eu tinha.
Depois, a cada vez que me mataram,
Foram levando qualquer coisa minha.

Hoje, dos meus cadáveres eu sou
O mais desnudo, o que não tem mais nada.
Arde um toco de Vela amarelada,
Como único bem que me ficou.

Vinde! Corvos, chacais, ladrões de estrada!
Pois dessa mão avaramente adunca
Não haverão de arrancar a luz sagrada!

Aves da noite! Asas do horror! Voejai!
Que a luz trêmula e triste como um ai,
A luz de um morto não se apaga nunca!

Mario Quintana. A Rua dos Cataventos

01. No poema, o eu-lírico mostra-se, sobretudo:

- a) contraditório
- b) satírico
- c) resignado
- d) irônico
- e) nostálgico

02. No poema, o eu-lírico dirige-se explicitamente ao seu interlocutor no seguinte verso:

- a) Vinde! Corvos, chacais, ladrões de estrada! (3ª estrofe)
- b) Que a luz trêmula e triste como um ai, (4ª estrofe)
- c) Foram levando qualquer coisa minha. (1ª estrofe)
- d) O mais desnudo, o que não tem mais nada. (2ª estrofe)
- e) Arde um toco de Vela amarelada, (2ª estrofe)

03. Em “Pois dessa mão avaramente adunca/Não haverão de arrancar a luz sagrada!” o termo sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido, por:

- a) Conquanto
- b) Contanto que
- c) Porquanto
- d) Desde que
- e) Aliás

04. Verifica-se rima (ou seja, coincidência final de sons) entre palavras de mesma classe gramatical

- a) assassinaram (1ª estrofe) / mataram (1ª estrofe)
- b) tinha (1ª estrofe) / minha (1ª estrofe)
- c) nada (2ª estrofe) / amarelada (2ª estrofe)
- d) estrada (3ª estrofe) / sagrada (3ª estrofe)
- e) ai (4ª estrofe) / nunca (4ª estrofe)

Dois velhinhos (Dalton Trevisan)

Dois pobres inválidos, bem velhinhos, esquecidos numa cela de asilo.

Ao lado da janela, retorcendo os aleijões e esticando a cabeça, apenas um podia olhar lá fora.

Junto à porta, no fundo da cama, o outro espiava a parede úmida, o crucifixo negro, as moscas no fio de luz. Com inveja, perguntava o que acontecia. Deslumbrado, anunciava o primeiro:

— Um cachorro ergue a perninha no poste.

Mais tarde:

— Uma menina de vestido branco pulando corda.

Ou ainda:

— Agora é um enterro de luxo.

Sem nada ver, o amigo remordia-se no seu canto. O mais velho acabou morrendo, para alegria do segundo, instalado afinal debaixo da janela.

Não dormiu, antegozando a manhã. Bem desconfiava que o outro não revelava tudo.

Cochilou um instante — era dia. Sentou-se na cama, com dores espichou o pescoço: entre os muros em ruína, ali no beco, um monte de lixo.

05. pode-se inferir do texto que:

- a) O velhinho que olhava pela janela mentia maldosamente para o outro que estava deitado
- b) o velhinho descrevia imagens positivas ao outro, com intenção bondosa
- c) a descrição do que via na rua, pelo primeiro velhinho, era fantasiosa, uma alucinação
- d) o segundo velhinho não gostava do outro que morreu, por isso só viu lixo do lado de fora
- e) o lixo que o segundo velhinho viu era uma ilusão

[...] o outro *espiava a parede úmida* [...]

06. O termo abaixo que exerce a mesma função do termo destacado em:

- a) antegozando a manhã
- b) o crucifixo negro
- c) um toco de Vela amarelada
- d) O mais velho acabou morrendo
- e) com dores espichou o pescoço

07. Não dormiu, **antegozando** a manhã. O termo sublinhado acima pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido do texto, por:

- a) rechaçando
- b) desperdiçando
- c) resguardando
- d) confirmando
- e) enaltecendo

anunciava o primeiro:

— *Um cachorro ergue a perninha no poste.*

08. Ao ser transposto para o discurso indireto, o trecho acima assume a seguinte redação:

- a) anunciava o primeiro que o cachorro ergue a perna no poste
- b) um cachorro ergue a perna no poste, anunciava o primeiro
- c) anuncia o primeiro: - O cachorro engue a perna
- d) o cachorro erguia a perna no poste enquanto anunciava o primeiro
- e) anunciava o primeiro que o cachorro erguia a perninha no poste.

09. O verbo em negrito deve sua flexão ao termo sublinhado em:

- a) Dois pobres inválidos, bem velhinhos, **esquecidos** numa cela de asilo.
- b) o outro **espiava a parede** úmida
- c) Deslumbrado, **anunciava o primeiro**
- d) **Agora é** um enterro de luxo
- e) Uma menina de vestido branco **pulando** corda

[...]o outro *espiava a parede úmida, o crucifixo negro, as moscas no fio de luz*[..]

10. Transpondo-se o trecho acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- a) era espiada
- b) espiou-se
- c) tinha sido espiada
- d) era-se espiada
- e) foi espiada

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

11. Três rapazes Arthur, Beto e Carlos que pesam, respectivamente, 50 kg, 100 kg e 120 kg, querem atravessar um rio em uma canoa cuja capacidade é de 150 kg. Cada travessia em qualquer sentido demora 19 minutos e a canoa deve sempre ser conduzida por uma dessas três pessoas. O tempo mínimo necessário para que os três rapazes atravessem o rio é:

- a) 38 minutos
- b) 57 minutos
- c) 1 hora e 16 minutos
- d) 1 hora e 35 minutos
- e) 1 hora e 54 minutos

12. Em um ponto distante da nossa galáxia Via Láctea há um peculiar planeta onde moram apenas dois habitantes: ZAG e ZUG. Quando são perguntados sobre qualquer assunto, os habitantes desse planeta sempre respondem com uma única dentre as duas seguintes palavras: sim ou não. Sabe-se que ZAG sempre diz a verdade e ZUG sempre mente. Dentre as perguntas a seguir, qual é a única que, se for feita tanto para ZAG quanto para ZUG, gerará respostas diferentes?

- a) Seu irmão é mentiroso?
- b) Você é mentiroso?
- c) Você é o ZAG?
- d) ZUG é mentiroso?
- e) Seu irmão chama-se ZAG?

13. Paulo pensou que seu relógio estava atrasado 10 minutos e o acertou, mas na verdade, estava adiantado 5 minutos. Fábio pensou que seu relógio estava atrasado 10 minutos e o acertou, mas na verdade, estava atrasado 5 minutos. Logo depois, os dois se encontraram e o relógio de Paulo marcava 9 horas. Neste momento, que horas marcava no relógio de Fábio?

- a) 8:37
- b) 8:42
- c) 8:50
- d) 8:52
- e) 9:10

14. Aos domingos,

- como pizza no jantar ou não tomo açaí,
- corro ou jogo futebol e
- tomo açaí ou não corro.

Se, no último domingo, não joguei futebol, então

- a) corri e não comi pizza no jantar.
- b) não corri e comi pizza no jantar.
- c) não comi pizza no jantar e não tomei açaí.
- d) não corri e não tomei açaí.
- e) corri e tomei açaí.

15. Ana, Bia, Carla, Denise e Eduarda são amigas e sentam-se juntas e lado a lado no meio de uma fileira vazia do teatro com 11 lugares. Depois que todos se acomodam, verifica-se que:

- Bia não se senta ao lado de Denise, mas em cada um dos seus lados está sentada uma das suas amigas.
- Ao lado de Eduarda há uma poltrona vazia.
- Sentada, Carla está na terceira poltrona à esquerda da poltrona de Eduarda.
- Há apenas duas poltronas ocupadas entre Ana e uma poltrona vazia.

Nas condições descritas, é correto afirmar que

- a) Denise está sentada na poltrona do meio.
- b) Bia está sentada ao lado de Carla.
- c) Ana está sentada ao lado de Carla.
- d) Eduarda está sentada ao lado de Denise.
- e) Carla está a três poltronas de Bia.

16. Um órgão público possui 15 servidores: 2 atuam no setor X, 4 no setor Y e 9 no setor Z. O salário mensal de cada servidor do setor Z é igual a R\$ 4.000,00; o de cada servidor do setor Y, R\$ 7.000,00; e o salário mensal de cada empregado do setor X é igual a R\$ 10.000,00. A partir dessas informações, julgue o item a seguir. Se 6 servidores desse órgão são torcedores do Flamengo, então o salário médio dos torcedores do Flamengo que nele trabalham possuem os valores MÍNIMO e MÁXIMO de:

- a) R\$ 1.000,00 e R\$ 5.000,00
- b) R\$ 2.000,00 e R\$ 6.000,00
- c) R\$ 3.000,00 e R\$ 7.000,00
- d) R\$ 4.000,00 e R\$ 8.000,00
- e) R\$ 5.000,00 e R\$ 10.000,00

17. Em uma vila, um estatístico estudou uma amostra de cinco residências, e registrou os seguintes números de moradores de cada residência:

Número da residência	residência 1	Residência 2	Residência 3	Residência 4	Residência 5
Número de moradores	4	7	3	8	3

A variância amostral do número de moradores é:

- a) 5,7
- b) 5,5
- c) 5,2
- d) 4,8
- e) 4,4

LEGISLAÇÃO

Thiago Zanolla

18. Considere os seguintes Desembargadores do Trabalho:

Júlio, atualmente com 56 anos, foi empossado dia 1º de agosto de 2001 e em exercício desde o dia 10 de agosto de 2001;

Maria, atualmente com 52 anos, foi empossada dia 5 de agosto de 2001 e em exercício desde o dia 7 de agosto de 2001;

Jonas, atualmente 64 anos, foi empossado dia 10 de agosto de 2010 e em exercício desde o dia 27 de agosto de 2010.

Marcos, atualmente com 57 anos, foi empossado também em 1º de agosto de 2001 e em exercício também desde o dia 10 de agosto de 2001;

Marta, atualmente com 53 anos, também foi empossada dia 5 de agosto de 2001 e também em exercício desde o dia 7 de agosto de 2001.

À luz do Regimento Interno do TRT MT, o Desembargador do Trabalho mais antigo é:

- a) Júlio
- b) Maria
- c) Jonas
- d) Marcos
- e) Marta

19. O Plano Estratégico do TRT da 23ª Região para o ciclo 2021-2026 é o resultado de um processo participativo que envolveu as unidades que integram o Tribunal – magistrados e servidores, além de organizações que mantêm estreito relacionamento com a Justiça do Trabalho, todos imbuídos do propósito de fixar uma direção a ser seguida, no sentido de melhorar e fortalecer a atuação da Justiça do Trabalho no Estado de Mato Grosso.

Para realizar este trabalho foi adotado o modelo

- a) Índice de Kendrick
- b) Prisma de Performance
- c) Curva ABC
- d) Indicadores Balanceados de Desempenho
- e) Matriz SWOT

20. Segundo o Estatuto da Conduta Ética dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, instituído pela Resolução Administrativa n. 299/2017, não é direito de servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região:

- a) trabalhar em ambiente adequado, que preserve sua integridade física, moral, mental e psicológica e o equilíbrio entre a vida profissional e familiar;
- b) ser tratado com equidade nas avaliações, no reconhecimento de desempenho individual e nos processos de promoção e deslocamento, bem como ter acesso às informações relativas aos mencionados atos;
- c) participar das atividades de capacitação e treinamento necessárias ao seu desenvolvimento profissional;
- d) conhecer a missão, a visão e os valores institucionais e interagir com a política de gestão estratégica do Tribunal, com a finalidade de atender ao interesse público.
- e) ter critérios objetivos para lotação e ocupação de postos de trabalho com base em competências;

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

21. Levando em consideração a jurisprudência dos Tribunais Superiores e a temática das ações constitucionais, assinale a alternativa correta.

- a) É cabível mandado de segurança contra atos de gestão comercial praticado por administrador de empresa pública.
- b) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.
- c) O habeas data é via processual adequada ao atendimento de pretensão do autor de sustar a publicação de matéria em sítio eletrônico.
- d) O trânsito em julgado não impede a impetração do mandado de segurança contra decisão judicial.
- e) A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo não impede o uso do mandado de segurança contra omissão da autoridade.

22. A respeito dos direitos fundamentais, assinale o item incorreto.

- a) O direito de petição é um remédio administrativo, que pode ter como destinatário qualquer órgão ou autoridade do Poder Público, de qualquer um dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) ou até mesmo do Ministério Público.
- b) De acordo com a CF, somente estarão isentas do pagamento de taxa para obtenção de certidões em repartição pública para defesa de direitos as pessoas que comprovarem sua hipossuficiência.
- c) Em razão do princípio da inafastabilidade de jurisdição, também denominado de princípio da universalidade de jurisdição, não existe no Brasil, como regra geral, a “jurisdição condicionada” ou “instância administrativa de curso forçado”.
- d) A CF assegura o princípio da irretroatividade da lei ao dispor que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Entretanto, tal dispositivo não impede que o Estado crie leis retroativas, desde que favoráveis aos indivíduos.
- e) O princípio do juiz natural impede a criação de juízos de exceção ou “ad hoc”, criados de maneira arbitrária, após o acontecimento de um fato.

23. De acordo com as disposições contidas na Constituição Federal, organizar, manter e executar a inspeção do trabalho, é competência:

- a) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- b) privativa da União.
- c) exclusiva dos Estados.
- d) concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- e) exclusiva da União.

24. Em relação aos Tribunais Regionais do Trabalho, analise os itens abaixo:

I. Os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

II. Um quinto dos membros dos Tribunais Regionais do Trabalho são escolhidos entre juízes do trabalho, promovidos, de forma alternada, por antiguidade e merecimento.

III. Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

Analise os itens acima e assinale:

- a) se somente o item I estiver correto.
- b) se somente o item II estiver correto.
- c) se somente o item III estiver correto.
- d) se somente os itens I e III estiverem corretos.
- e) se somente os itens II e III estiverem corretos.

25. A respeito da estrutura e competência dos Poderes executivo, assinale a alternativa correta.

- a) Compete ao Presidente da República remeter mensagem e plano de governo ao Senado Federal por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;
- b) Compete ao Presidente da República nomear, após aprovação pelo Congresso Nacional, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei;
- c) É competência vinculada e não discricionária do Presidente permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;
- d) Compete ao Presidente da República prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a sua posse, as contas referentes ao exercício anterior;
- e) O presidente da República e o vice não poderão ausentar-se do país, por período superior a 15 dias, sem licença do Congresso Nacional, sob pena de perda do cargo. Essa autorização deverá ser realizada através de lei.

26. Nos termos do art. 5º, XXXII, da Constituição Federal, “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”. O mencionado preceito constitucional dá origem a uma norma de eficácia:

- a) plena e aplicabilidade imediata.
- b) limitada de princípio programático.
- c) contida e aplicabilidade imediata.
- d) plena e aplicabilidade diferida.
- e) limitada de princípio institutivo.

27. Considerando o texto constitucional de 1988 e a jurisprudência do STF, quanto ao processo legislativo, analise os itens abaixo:

I. Contrabando legislativo é o termo utilizado para a prática de inclusão de matérias estranhas às medidas provisórias editadas pelo Executivo.

II. É permitida a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

III. As leis delegadas serão elaboradas pela Câmara dos Deputados, que deverá solicitar a delegação ao Senado Federal.

Analise os itens acima e assinale:

- a) se somente o item I estiver correto.
- b) se somente o item II estiver correto.
- c) se somente o item III estiver correto.
- d) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- e) se somente os itens II e III estiverem corretos.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Thállius Moraes

28. No que tange a organização da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) O controle hierárquico que a Administração Direta exerce sobre as fundações públicas é denominado controle finalístico.
- b) De acordo com o critério orgânico, a Administração Pública define-se como a própria atividade ou função administrativa.
- c) Os dirigentes das empresas estatais não estão submetidos à CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.
- d) Não é permitido que sejam criadas subsidiárias dos entes da Administração Indireta.
- e) Em decorrência do princípio da reserva legal, por meio da lei específica poderá ser criada fundação pública, empresa pública e a sociedade de economia mista.

29. Considerando as disposições constitucionais doutrinárias e jurisprudenciais acerca dos agentes públicos, assinale a alternativa incorreta

- a) Em caso de acumulação lícita de cargos públicos, o teto remuneratório incidirá sobre a soma das remunerações percebidas pelo servidor.
- b) O direito de greve no serviço público reflete uma norma constitucional de eficácia limitada.
- c) Os casos de contratação temporária para atender situações de excepcional interesse público deverão ser estabelecidos em lei.
- d) As funções de confiança serão preenchidas exclusivamente por servidores titulares de um cargo efetivo.
- e) É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria, salvo quando se tratar de cargos acumuláveis na atividade.

30. Acerca de atos administrativos, é correto afirmar que:

- a) são elementos dos atos administrativos: forma, competência, motivação, objeto e finalidade.
- b) A presunção de legitimidade e veracidade não está presente em todos os atos administrativos.
- c) O ato composto é a manifestação de vontade de dois ou mais órgãos para a formação um único ato.
- d) Alguns atos podem ser praticados sem a exigência de apresentação dos motivos que ensejaram a sua prática.
- e) Todos os atos administrativos gozam de autoexecutoriedade.

31. Assinale a opção que trata corretamente do poder de polícia administrativa.

- a) A punição de uma empresa particular que recebeu a delegação de um serviço público, mas que o esteja prestando de maneira deficiente, decorre do poder de polícia de polícia.
- b) Com base no poder de polícia administrativa, o Estado realiza a investigação de crimes e pratica atos para a instrução processual penal.
- c) O poder de polícia somente é exercido pelos órgãos de segurança pública.
- d) Embora possa ser aplicado repressivamente, o poder de polícia é dotado de uma natureza eminentemente preventiva.
- e) Dado o atributo da coercibilidade, as decisões adotadas pelo administrador público com base no poder de polícia podem ser executadas diretamente, sem necessidade, como regra, de intervenção judicial.

32. Considerando as regras e disposições doutrinárias e jurisprudenciais acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) A condenação do Estado em ação indenizatória ajuizada em razão de dano causado por servidor público enseja a responsabilização do servidor em ação regressiva, independente da configuração de dolo ou culpa na sua conduta.
- b) O servidor que, no exercício da função, causar dano a um terceiro, poderá responder juntamente com o Estado na ação indenizatória, caso tenha agido com dolo ou culpa.
- c) Para a responsabilização estatal é irrelevante que a conduta tenha sido comissiva ou omissiva.
- d) A participação da vítima para a ocorrência do evento danoso pode atenuar ou até mesmo excluir a responsabilização estatal.
- e) Todos os entes da Administração Pública respondem de forma objetiva, não sendo necessária a comprovação do dolo ou culpa do agente causador do dano.

33. Levando em consideração a Lei nº 14.133/2021 - Nova lei de Licitações e Contratos, considere os seguintes itens.

I- Não são abrangidas pelas disposições gerais da Lei nº 14.133/21 as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias.

II - Diálogo competitivo é a modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.

III- A partir da publicação da Lei nº 14.133/2021, a Administração deverá aplicar somente a referida lei, diante da revogação da Lei 8.666/1993 e da Lei 10.520/2002 - Lei do Pregão.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

34. Antônio, servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, recebeu, para si, diretamente, a quantia de dez mil reais de Orlando, advogado que possui diversos processos na Vara onde Antônio exerce suas funções. Conforme combinado entre eles, Antônio fez com que os processos desse advogado tramitassem com prioridade sobre os demais processos existentes nessa Vara, sem justificativa legal para tanto.

Consoante dispõe a Lei nº 8.429/1992, em tese:

- a) Antônio praticou ato de improbidade administrativa, dentre cujas sanções está a perda da função pública, mas Orlando não cometeu improbidade porque é particular.
- b) Antônio e Orlando praticaram ato de improbidade administrativa, dentre cujas sanções está a suspensão dos direitos políticos pelo período previsto na lei.
- c) Antônio e Orlando não praticaram ato de improbidade administrativa, porque não houve efetivo dano ao erário, mas respondem na seara criminal.
- d) Orlando praticou ato de improbidade administrativa, dentre cujas sanções está a perda da função pública, mas Antônio responde apenas nas esferas administrativa e criminal, porque é servidor público.
- e) Antônio praticou ato de improbidade administrativa, dentre cujas sanções está a perda dos valores acrescidos ilicitamente a seu patrimônio, mas Orlando não cometeu improbidade porque não é agente público.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

35. De acordo com o que dispõe o Código de Processo Civil, o juiz **não** resolverá o mérito quando:

- a) homologar a desistência da ação.
- b) acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção.
- c) decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição.
- d) homologar o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção.
- e) homologar a renúncia à pretensão formulada na ação.

36. São títulos executivos judiciais, nos termos do CPC:

- a) a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque.
- b) a sentença arbitral e a decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza.
- c) os instrumentos de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal.
- d) a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor.
- e) as certidões de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.

37. No curso de uma ação de indenização por danos materiais, o juiz acolhe o argumento do réu no que diz respeito à alegação de existência de convenção de arbitragem. Segundo dispõe o CPC:

- a) O juiz deve proferir sentença, julgando o mérito antecipadamente.
- b) A decisão que acolhe a alegação de existência de convenção de arbitragem pode dizer respeito a apenas parcela do processo, caso em que será impugnável por agravo de instrumento.
- c) Por ser uma sentença, a decisão que acolhe a alegação de existência de convenção de arbitragem deve ser combatida por meio de apelação, ainda que a decisão se refira a uma parcela do processo.
- d) Caso o réu não tivesse alegado a existência de convenção de arbitragem, o juiz poderia reconhecê-la de ofício, por se tratar de matéria de ordem pública.
- e) A ausência de alegação da existência de convenção de arbitragem não acarreta a renúncia ao juízo arbitral.

38. Sobre a prova documental e a força probante dos documentos, é correto afirmar que:

- a) O documento feito por oficial público incompetente, sendo subscrito pelas partes, tem a mesma eficácia probatória do documento público.
- b) A nota escrita pelo credor em qualquer parte de documento representativo de obrigação, ainda que não assinada, faz prova em seu benefício.
- c) As declarações constantes do documento particular escrito e assinado presumem-se verdadeiras em relação a terceiros.
- d) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, nenhuma outra prova, por mais especial que seja, pode suprir-lhe a falta.
- e) Ainda que a lei exija instrumento público como da substância do ato, outra prova pode suprir-lhe a falta, em razão da instrumentalidade das formas.

39. José Roberto, oficial de justiça, está cumprindo um mandado de penhora e avaliação de bens na residência do executado, o senhor Reinaldo, professor de história. No local, encontra um único carro, uma única geladeira comum, joias de elevado valor, livros de história e um notebook utilizado para a preparação das aulas. Desses bens, podem ser penhorados:

- a) O carro, as joias e o notebook, apenas.
- b) O carro e as joias, apenas.
- c) As joias, apenas
- d) O carro, as joias e a geladeira, apenas.
- e) Todos os bens encontrados.

40. Quanto ao mandado de segurança (Lei nº 12.016/09), assinale a afirmativa correta:

- a) A sentença ou o acórdão que denegar mandado de segurança, sem decidir o mérito, não impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimonial.
- b) Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre os demais atos judiciais, inclusive os habeas corpus.
- c) Nos casos de competência originária dos tribunais, caberá ao relator a instrução do processo, sendo assegurada a defesa oral na sessão do julgamento do mérito ou do pedido liminar. Da decisão do relator que conceder ou denegar a medida liminar caberá apelação ao órgão competente do Tribunal que integre.
- d) Das decisões em mandado de segurança proferidas em única instância pelos tribunais cabe recurso especial e extraordinário, nos casos legalmente previstos, inclusive se a ordem for denegada.
- e) É cabível mandado de segurança contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo, desde que exista violação a direito líquido e certo.

NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

41. Em decorrência do princípio da intangibilidade salarial, é correto afirmar que:

- a) a legislação veda qualquer espécie de redução do valor dos salários, inclusive a supressão do pagamento de adicionais.
- b) a legislação veda reduções do valor dos salários, excetuados unicamente os adicionais.
- c) a legislação veda a supressão do pagamento de adicionais, exceto quando a supressão decorre de negociação coletiva.
- d) a legislação garante expressamente, em qualquer situação, a manutenção do valor real dos salários dos empregados.
- e) em geral é proibida a redução dos salários dos empregados, embora tal vedação comporte exceções, a exemplo da supressão do pagamento de adicionais e da redução do valor nominal do salário mediante negociação coletiva de trabalho.

42. Com relação à jornada, julgue os itens a seguir:

I. Caso o empregado trabalhe oito horas seguidas sem intervalo, haverá a obrigatoriedade de remunerar, como hora extra, o intervalo de uma hora não concedido, mesmo que sua jornada não tenha extrapolado as oito horas diárias. Neste caso, o adicional pago em decorrência desta não concessão não tem natureza salarial.

II. Suponha um empregado que trabalhe oito horas diárias e sejam concedidos apenas 50 minutos de intervalo intrajornada, em vez do total de uma hora. Nessa situação, segundo a CLT reformada, o empregador deve remunerar, como hora extra, uma hora diária, ou seja, a totalidade do intervalo que deveria ter sido concedido, embora tenha concedido 50 minutos.

III. Para uma jornada de exatas quatro horas diárias de trabalho, deverá ser concedido intervalo de 15 minutos, sob pena de se remunerar o intervalo não concedido como hora extra, com natureza salarial.

A sequência correta é:

- a) EEE
- b) CCC
- c) ECC
- d) ECE
- e) CEE

43. A CLT estabelece que, para amamentar o filho, a empregada terá direito a

- a) a dois descansos de 30 minutos cada, até que o filho complete nove meses de idade.
- b) a dois descansos de 30 minutos cada, até que o filho complete seis meses de idade, exceto de advindo de adoção.
- c) a dois descansos de 30 minutos cada, até que o filho complete seis meses de idade, inclusive se advindo de adoção, os quais deverão ser obrigatoriamente concedidos na primeira e na última hora da jornada de trabalho.
- d) a dois descansos de 30 minutos cada, até que o filho complete seis meses de idade, inclusive se advindo de adoção, os quais deverão ser definidos em acordo individual entre a mulher e o empregador.
- e) a dois descansos de 30 minutos cada, até que o filho complete seis meses de idade, exceto se advindo de adoção, os quais deverão ser definidos em acordo individual entre a mulher e o empregador.

44. Julgue os itens abaixo sobre férias:

I. As férias serão adquiridas por ato do empregador após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, iniciados imediatamente após a concessão do intervalo.

II. A época de concessão de férias será a que melhor atenda aos interesses do empregador.

III. Os dias de férias gozados após o término do período legal de concessão deverão ser remunerados com um adicional de 50%.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I.
- e) III.

45. Julgue os itens abaixo acerca da insalubridade e da periculosidade:

I. São consideradas insalubres as atividades laborais sujeitas a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

II. É devido o pagamento do adicional de periculosidade ao empregado que desenvolve suas atividades em edifício vertical, em pavimento distinto daquele onde estão instalados tanques para armazenamento de líquido inflamável, em quantidade acima do limite legal.

III. A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, sendo que o enquadramento do grau de insalubridade é tema no qual o negociado poderá prevalecer sobre o legislado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) II.
- c) II e III.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

46. Na extinção do contrato de trabalho mediante acordo,

- a) as férias proporcionais e as férias simples deverão ser pagas pela metade.
- b) as férias proporcionais e as férias simples deverão ser pagas integralmente.
- c) as férias simples deverão ser pagas pela metade e as proporcionais, integralmente.
- d) a indenização sobre o FGTS deverá ser paga integralmente, juntamente com a primeira parcela do Seguro-Desemprego.
- e) o aviso prévio deve ser pago integralmente, seja trabalhado ou indenizado, uma vez que este se projeta no contrato de trabalho.

47. Josemar, antigo empregado da empresa Laja Jato Ltda, teve reconhecida pela Justiça do Trabalho ter sofrido ofensa à sua moral, proveniente de seu antigo empregador, ensejando o pagamento de indenização a ser fixada pelo magistrado. Caso o magistrado entenda tratar-se de ofensa de grau médio e se considere as regras previstas na CLT, a indenização será fixada em até:

- a) três vezes o último salário de Josemar.
- b) cinco vezes o último salário de Josemar.
- c) sete vezes o último salário de Josemar.
- d) dez vezes o último salário de Josemar.
- e) dez vezes o teto dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social.

48. Assinale hipótese que, nos termos previstos na Lei 8.036/1990, NÃO autoriza a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS):

- a) rescisão indireta.
- b) despedida por força maior.
- c) culpa recíproca.
- d) suspensão parcial do trabalho avulso por período igual ou superior a 60 dias.
- e) dependente do trabalhador for portador do vírus HIV.

49. Assinale, das alternativas abaixo, a utilidade ou importância que NÃO possui natureza salarial:

- a) vestimenta fornecida ao empregado como retribuição ao trabalho.
- b) equipamentos eletrônicos para os filhos do empregado utilizarem quando acompanharem o empregado ao restaurante.
- c) carro fornecido pelo trabalho desempenhado.
- d) auxílio-alimentação pago em dinheiro.
- e) assistência médica, prestada diretamente pelo empregador.

50. Julgue os itens abaixo:

- I. Quando o ambiente de trabalho expuser o empregado a algum agente agressivo, nocivo à saúde, em qualquer patamar, a atividade será considerada insalubre com o pagamento do correspondente adicional.
- II. A utilização de equipamentos de proteção individual que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância é fator de neutralização da insalubridade.
- III. O mero fornecimento do aparelho de proteção individual exime o empregador do pagamento do adicional de insalubridade.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

51. Após a vigência da Emenda Constitucional nº 45, definiu-se a competência da Justiça do Trabalho para as ações

- a) movidas por servidores públicos contra a entidade estatal a que serviram, mesmo se sujeitos a regime estatutário, quando a lide versar sobre seus vencimentos ou proventos de aposentadoria.
- b) de indenização decorrentes de acidente do trabalho movidas pelos segurados contra o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social.
- c) de cobrança decorrentes de qualquer contrato de prestação de serviços.
- d) de cobrança de qualquer benefício previdenciário.
- e) de indenização decorrente de acidente do trabalho movidas pelo empregado contra o empregador.

52. É INCORRETO afirmar:

- a) Embora não haja previsão expressa na CLT para o litisconsórcio passivo, o mesmo é possível no processo do trabalho, não havendo qualquer impedimento para o mesmo.
- b) Sendo várias as reclamações e havendo identidade de matéria, poderão ser acumuladas num só processo, se se tratar de empregados de uma mesma empresa ou estabelecimento.
- c) O Sindicato, substituto processual e autor da reclamação trabalhista, em cujos autos fora proferida a decisão rescindenda, possui legitimidade para figurar como réu na ação rescisória, sendo descabida a exigência de citação de todos os empregados substituídos, porquanto inexistente litisconsórcio passivo necessário.
- d) O litisconsórcio, na ação rescisória, é necessário em relação ao polo passivo da demanda, porque supõe uma comunidade de direitos ou de obrigações que não admite solução díspar para os litisconsortes, em face da indivisibilidade do objeto. Já em relação ao polo ativo, o litisconsórcio é facultativo, uma vez que a aglutinação de autores se faz por conveniência e não pela necessidade decorrente da natureza do litígio, pois não se pode condicionar o exercício do direito individual de um dos litigantes no processo originário à anuência dos demais para retomar a lide.
- e) Litisconsortes com procuradores distintos têm no processo do trabalho prazo em dobro para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.

53. No tocante aos prazos processuais, é correto afirmar:

- a) Os prazos processuais serão contados em dias úteis, com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.
- b) Os prazos para razões finais são de 20 minutos para cada parte ou 48 horas, dependendo do juiz.
- c) Os prazos para a Administração pública são contados em dobro apenas para a apresentação da defesa, quando esta for reclamada na ação.
- d) O prazo para apresentação da contestação é de 15 dias da data da juntada do aviso de recebimento dos Correios nos autos trabalhistas.
- e) O prazo dos embargos de declaração no processo do trabalho é de 8 dias, contados da publicação da sentença.

54. No tocante aos prazos processuais, considere:

- I. Quanto à origem da fixação, o prazo estabelecido na Consolidação das Leis do Trabalho para o executado pagar ou garantir a execução em 48 horas classifica-se como um prazo judicial.
- II. Os prazos dilatórios não admitem a prorrogação pelo juiz, inclusive quando solicitado pela parte.
- III. Os prazos fixados pelo ordenamento jurídico e destinados aos juízes e servidores do Poder Judiciário, não sujeitos a preclusão, classificam-se, quanto aos destinatários, em impróprios.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) III.

55. A empresa Alfa Montagens Industriais S/A foi citada para responder reclamatória trabalhista que tramita pelo procedimento ordinário e comparecer à audiência UNA (conciliação, instrução e julgamento), designada trinta dias após a sua notificação. Entretanto, o representante legal da empresa reclamada, por mero esquecimento, não compareceu à audiência designada. O reclamante compareceu à audiência sem a presença de seu advogado. O advogado da reclamada, presente em audiência, pretendeu apresentar defesa oral. Nessa situação, com fundamento na lei e em jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho – TST, o Juiz deverá

- a) arquivar a reclamatória diante da ausência de uma das partes e do advogado do reclamante, tendo em vista que este não pode atuar pessoalmente na Justiça do Trabalho.
- b) adiar a audiência para outra data possibilitando o comparecimento do advogado do reclamante e do representante legal da reclamada.
- c) permitir ao patrono da empresa a apresentação de defesa oral e adiar a audiência para que o advogado do reclamante tome ciência da defesa e apresente réplica nos autos.
- d) aplicar a revelia à reclamada ausente permitindo que seu advogado apresente defesa.
- e) autorizar que o patrono da reclamada apresente defesa por escrito em 15 dias diretamente no protocolo da Secretaria da Vara e adiar a audiência para nova data.

56. Numa reclamação trabalhista, o crédito do reclamado é superior ao do reclamante. Nesse caso,

- a) o reclamado só poderá apresentar reconvenção se a diferença for superior a um mês de salário do empregado e se tiver ocorrido rescisão do contrato de trabalho.
- b) o juiz pode determinar ao reclamante que devolva a diferença ao reclamado, independentemente de reconvenção.
- c) o reclamado só poderá pleitear seu crédito em ação própria, pois, no processo trabalhista, não há reconvenção.
- d) o reclamado pode apresentar reconvenção, se o crédito for oriundo da relação de emprego e houver conexão.
- e) o reclamado pode, em contestação, pedir a compensação dos créditos e a devolução do que entende devido, sendo que o reclamante pode apresentar reconvenção.

57. Em relação às audiências no Processo do Trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece:

- a) Terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de 10 minutos para cada uma. Em seguida, o juiz ou presidente renovará a proposta de conciliação e, não se realizando esta, será proferida a decisão.
- b) Se, até 30 minutos após a hora marcada, o juiz ou presidente não houver comparecido, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de registro das audiências.
- c) O juiz do trabalho deve manter a ordem nas audiências, mas não poderá mandar retirar do recinto os assistentes que a perturbarem, pois a sala de audiência é local público.
- d) A audiência de julgamento será contínua, não se admitindo, em nenhum caso, concluí-la em outro dia.
- e) As audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão apenas na sede do Juízo, em dias úteis previamente fixados, entre 8 e 17 horas, não podendo ultrapassar 5 horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.

58. Em todo processo judicial, o conjunto probatório é fundamental para a solução do litígio. A Consolidação das Leis do Trabalho possui regras específicas sobre as provas judiciais, sendo assim,

- a) as testemunhas não poderão sofrer qualquer desconto pelas faltas ao serviço, ocasionadas pelo seu comparecimento para depor, quando devidamente arroladas ou convocadas.
- b) as testemunhas comparecerão à audiência independentemente de notificação ou intimação, sendo que as que não comparecerem não serão ouvidas, ainda que seja requerido pela parte a intimação das ausentes.
- c) o juiz nomeará perito em caso de haver matéria técnica, não sendo facultado às partes indicação de assistentes técnicos em razão da celeridade processual que deve ser aplicada ao Processo do Trabalho.
- d) apenas a testemunha que for parente até o segundo grau civil ou amigo íntimo de qualquer das partes, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.
- e) o documento oferecido para prova só será aceito se estiver no original ou em certidão autêntica, não podendo ser declarado autêntico pelo próprio advogado, diante da sua parcialidade.

59. Conforme normas aplicáveis ao tema relativo às custas processuais e aos emolumentos no Processo Judiciário do Trabalho,

- a) apenas a União, dentre os entes federativos, está isenta do pagamento de custas processuais, ainda que vencida, visto que a Justiça do Trabalho é órgão do Poder Judiciário Federal.
- b) as empresas públicas federais estão isentas de custas processuais, mas não dos emolumentos na fase executória.
- c) o Ministério Público do Trabalho está isento do recolhimento de custas processuais.
- d) no processo ou fase de execução não há incidência de custas ou emolumentos por faltas de previsão legal.
- e) as autarquias municipais não estão isentas do recolhimento de custas processuais.

60. Em relação à matéria recursal no processo do trabalho,
- a) cabe recurso ordinário para a instância superior apenas das decisões definitivas dos tribunais regionais, em processo de sua competência originária, somente nos casos dos dissídios coletivos, no prazo de quinze dias.
 - b) cabe agravo de petição das decisões judiciais nas execuções, que só será recebido se o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e valores impugnados, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença.
 - c) cabem embargos de declaração da sentença ou do acórdão no prazo de oito dias úteis, admitido efeito modificativo da decisão em caso de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.
 - d) cabe agravo de instrumento, inclusive retido nos autos, das decisões incidentais e interlocutórias, no prazo de oito dias contados da data em que a parte teve ciência da decisão.
 - e) cabe recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho, com efeitos suspensivo e devolutivo como regra, das decisões proferidas pelos tribunais regionais em grau de recurso ordinário nos dissídios individuais, quando haja violação literal de dispositivo de lei municipal, estadual ou federal.

Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TRT-MT-Analista-03-09>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>